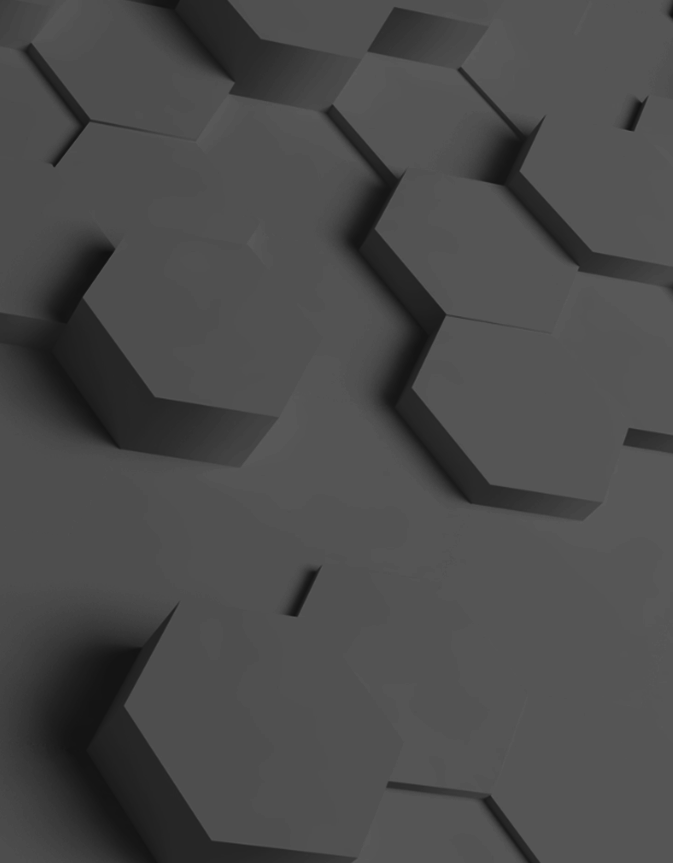
Capítulo X

##### Privação de liberdade x Pedagogia do oprimido x Educação

###### Ires Aparecida Falcade

Resumo: Este artigo traz a discussão e ao debate a condição de oprimido das pessoas encarceradas e as possibilidades de pensar e repensar a prática educativa da escola no sistema penitenciário. Ao reconhecer a condição de oprimido, de pessoa em vulnerabilidade e exclusão social, reforça a importância de tratar estas pessoas com a humanidade necessária pela pratica diária em sala de aula. Dar a oportunidade pela educação formal ou escolarização de socializar-se ou (re)socializar-se para que a partir disto retome sua vida de outra forma e condição superando os processos discriminatórios e excludentes.

Palavras-chave: sistema penitenciário; estudantes privados/as de liberdade; exclusão social.

Considerar a situação de exclusão social e opressão que vivem as pessoas privadas de liberdade é um fator primordial para se obter resultados positivos na área de educação de jovens, adultos e idosos que chegam a sala de aula. “Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser” (FREIRE,1987. p.24).

Tratar as pessoas presas com humanidade e justiça favorecendo um ambiente “no qual todos os membros da comunidade carcerária percebem que estão sendo tratados com equidade e justiça; no qual os presos tem a oportunidade de participar de atividades construtivas e preparar-se para a soltura” (COYLE, 2002, p. 76).

Assim percebemos a educação como instrumento fundamental para a construção política emancipatória de qualquer cidadão/ã, e é por ela que a sociedade será capaz de superar os processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática. É por ela que o indivíduo será capaz de emancipação e libertação, sendo assim a escola é a esfera pública que tem a responsabilidade de exercer a democracia e, portanto, desenvolver habilidades democráticas em seus/as estudantes. Esta se constitui de um espaço onde os/as estudantes podem ter voz e ao mesmo tempo possam ser ouvidos.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases/1996) em seu artigo 2º, “assegura que a finalidade da Educação é o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.” Ao perceber a educação como direito humano, estar- se-á estimulando a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, possibilitando ao estudante a vivência da autonomia, senso crítico, respeito aos outros e a construção da igualdade, ética e moral.

A sociedade brasileira em termos legais avançou muito em relação ao direito a educação e especificamente a educação aos presos/as. O PNDH (Programa Nacional em Direitos Humanos/2010) reconhece a necessidade da educação nos espaços de privação de liberdade como um direito fundamental. Nesta construção social das garantias dos direitos do cidadão/ã e dos deveres do Estado, o documento final da CONAE (2010) traz um capítulo específico dentro da EJA (Educação para Jovens e Adultos) sobre o direito aos detentos à educação.

No que tange a Educação de Jovens, Adultos e idosos, a realidade ainda é adversa e está longe de atingir as exigências legais. *“alimentamos el sentimiento general de que los avances por los caminos de La igualdad y La inclusión son lentos, tanto como para que muchas veces tengan el rostro del retroceso y la frustración*” (GÓMEZ, 2010, p. 17).

A educação prática, da sala de aula é extremamente delicada. De forma geral o/a aluno/a não se interessa pelos conteúdos programáticos, os conhecimentos científicos por não os compreender como com alguma utilidade em sua vida. Veem a escola como muito longe de sua vida e sem função. Portanto, antes de trabalhar os conteúdos, o/a professor/a deverá trabalhar temas e valores que antecedem e perpassam os conteúdos disciplinares propriamente ditos.

Resgatar no/a estudante a identidade pessoal, a autoestima diminuída pela privação de sua liberdade, são imprescindíveis para o sucesso das atividades escolares e consequentemente a sua reinserção social. Trabalhar na escola a autoestima, os valores éticos e morais do sujeito tais como respeito, solidariedade, tolerância são extremamente fundamentais para mobilizar postura diferente em relação à sociedade.

Educar levando em conta os Direitos Humanos significa destinar a formação acadêmica dos jovens e adultos privados de liberdade a participar ativamente da vida democrática e exercitar seus direitos e responsabilidades na sociedade, contribuindo para a inserção ou reinserção social. Não esquecendo ainda de ampliar a percepção de mundo, aprendendo a respeitar e promover o direito coletivo e/ou os direitos das demais pessoas. Desta forma se promove a educação integral, a humanização do ser que visa o respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições.

Para fazer a educação acontecer de forma satisfatória, é preciso da cooperação de todos os profissionais que compõe as instituições responsáveis pelo Sistema Penitenciário. A implementação da educação que contemple os Direitos Humanos, onde todas as pessoas, independente do seu sexo, origem, etnia, condições econômicas, sociais, culturais, de sua religiosidade, orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária, deficiências, habilidades têm a possibilidade de usufruírem da convivência sem sociedade de forma equânime e democrática.

... uma situação concreta de opressão. Em face do problema de seu comportamento, de sua visão de mundo, de sua ética. Da dualidade dos oprimidos. E é como seres duais, contraditórios, divididos, que temos de encará-los. A situação de opressão em que se “formam”, em que se “realizam” sua existência, os constitui nesta dualidade, na qual se encontram proibidos de ser. (FREIRE,1987. p.23)

O caminho árduo de professora do Sistema Penitenciário de trazer sentido e de dar significância para “o ato de estudar” a estes/as estudantes que nunca se perceberam com direito de frequentar a escola. Em sua história pessoal e coletiva, a educação não lhe pareceu importante ou digna de investimento pessoal. Os/as detentos/as que engrossam as estatísticas de falta ou baixa escolaridade em sua maioria foram expulsos dos bancos escolares ou nem tiveram a possibilidade de adentrar neles no seu período de desenvolvimento infantil e adolescente.

A prisão é causa e conseqüência da pobreza; o que não significa que as pessoas pobres sejam mais perigosas que as outras! Em geral, a exclusão é global: exclusão da escola, do trabalho, da integração social, do emprego, dos laços familiares, com ausência de relacionamentos.(MAYER, 2006. p. 15)

A prisão reflete um triste cenário brasileiro de opressão, exclusão e vulnerabilidade social. A baixa escolaridade e a exclusão escolar muitas vezes, na maioria dos casos é uma repetição de gerações, onde todas as pessoas de seu entorno não conseguiram frequentar a educação formal, muito menos entender a função social da mesma em sua vida.

O desafio de ressignificar a história de cada sujeito, de compreender a importância de estudar, mobilizou estratégias próprias e específicas de estimular e motivar processos de aprender, de querer saber, de questionar as normas sociais estabelecidas, de vislumbrar outras formas de viver coletivo, de se reconhecer cidadão/ã, com o direito humano ao acesso a educação.

Se sonhamos com uma sociedade menos agressiva,menos injusta, menos violenta, mais humana, o nosso testemunho deve ser o de quem, dizendo não a qualquer possibilidade em face dos fatos, defende a capacidade do ser humano em avaliar, de compreender, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo (FREIRE, p. 1997, p. 58-59).

Propiciar a educação que desperte o interesse e a motivação para aprender do/a estudante privado/a de liberdade não é tarefa fácil e exige profissionais qualificados e compromissados com estes desafios. Na maioria das vezes, os estudantes procuram a escola com intenções subterfugias que não seja a vontade de estudar, como encontrar outras pessoas, sair do ambiente viciado e depressivo de sua cela, ver o que se passa além do mundo cinzento e rotineiro das inúmeras regras e obrigações diárias. O Sistema Penitenciário clama por investimentos e transformações em suas teorias metodológicas, ideologias e ações práticas diárias, transformações estas fundamentais e imprescindíveis.

A sociedade como um todo por muito se omitiu aos verdadeiros rumos tomados para as pessoas condenadas a ficarem reclusas. Os marginais foram assim identificados, pois eram considerados pessoas à margem (fora) da sociedade. Os sujeitos privados de sua liberdade são pessoas que de uma ou outra forma fazem parte deste contexto. Sua participação restrita temporária, e de uma ou outra forma estes sujeitos fizeram, fazem ou farão parte da convivência e espaços sociais. Atualmente já não se pode dizer que os presos são pessoas que não fazem parte da sociedade. Em sua maioria, os apenados voltarão ao convívio social mais cedo ou mais tarde e, portanto, precisam de investimento e atendimento que garanta a reinserção social. A educação é um dos caminhos primordiais para assegurar a transformação e reinserção social destas pessoas. A educação é o espaço e a forma que apresenta a possibilidade de reconstrução de si próprio pela simples oportunidade de refletir, pensar, debater, trocar ideias velhas e novas, mas arejar, ventilar a si próprio e ao outro, refazer-se. Superar o peso da vida massificada, da identidade diluída, da desorganização de sua personalidade, sentimento de inferioridade, infantilização, dependência, empobrecimento de si próprio estreitamento e pobreza de experiências, desesperança, teatralização de seu comportamento.

Resquícios das relações de opressão no período da ditadura estabelecida em nosso país onde as pessoas eram proibidas de falar, de expressar suas ideias, onde o poder exacerbado se sobrepôs à voz e a vez de cada sujeito, incapaz de se auto afirmar e contribuir com suas ideias. Os\as estudantes que encontram-se privados de sua liberdade vivem uma situação de opressão. A falta de oportunidades os fez expressarem-se de forma brutal e violenta, atingindo um foco que nem sempre é o merecido, porém funciona como um pedido de socorro diante da falta de oportunidade e espaço na vida social. Assim, não satisfeitos com as relações escolares e sociais que se apresentaram, buscaram caminhos onde a força se expressa sem condições de responsabilidade e justiça de seus atos. “E podemos dizer que aqueles que estão na prisão são pobres, são economicamente pobres e frequentemente (auto) excluídos da escola formal ou nunca tiveram oportunidade de acesso a ela” (MAEYER. 2006. p.18). “A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência” (FREIRE,1987. p.30).

Como a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Hamburgo, 1997) que a aprendizagem de EJA deve respeitar as experiências e conhecimentos de seus/suas estudantes e na Declaração de Hamburgo em seus Artigos 2º e 5º afirma explicitamente que,

educar é promover um direito, não um privilégio. Educar não se resume a um treinamento prático. Educar é destacar a dimensão social, profissional e cultural da cidadania. A educação de adultos, dentro desse contexto, torna- se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do

desenvolvimento sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas. (Art. 2º).

A situação de superlotação das prisões impõe muitas restrições ao atendimento escolar. Assim a situação de opressão vivida, se acentua, pois na exclusão, a oportunidade e o direito de estudar ficam muito distantes. Quando acontece, fica prejudicada. Por normas de segurança são submetidos/as a transferência de unidade a qualquer momento. Este fator dificulta a continuidade e conclusão da escolarização, burlando e excluindo mais uma vez do direito a educação. Esta submissão coloca as pessoas encarceradas em situação de dominados, fazendo com que aceitem esta condição e “ ... assumam posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo” (FREIRE, 1987. P. 29).

O Estado se coloca aqui como limitador e opressor na “verdade, o que pretendem os opressores **“**é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime”, e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os domine” (FREIRE,1987. p.34).

Freire (2009) propõe uma educação que valorize o ser humano em suas condições de ser sujeito simples, em sua incompletude, dotado de capacidade e inteligência para administrar seu espaço local e social de forma democrática responsável e participativa. Sua proposta de educação parte da realidade e, a partir dela, se amplia, tornando-se sujeito de sua própria história e da história de seu país, criando assim, relações mais iguais e talvez, mais justas, menos opressoras e cheias de poder e escravizações.

Assim, a fundamental estrutura de um método ativo capaz de tornar o homem/mulher consciente e crítico\a, dialogando e debatendo situações desafiadoras, propiciará ao mesmo, a capacidade de superar os ranços da educação e situação de vida alienadas. Educação que lhe propicie condições de verdadeira participação, que cumpre com seu papel socializador, político e humanizador. Esta proposta vai numa direção oposta aos próprios princípios e justificativas do encarceramento de pessoas mundo afora. As prisões, por mais que diz ter caráter socializador e ressocializador, permanecem com caráter punitivo, de castigo e opressão muito forte.

A educação para EJA no Cárcere não deve ser apenas aqueles/as que ganham como prêmio ao seu bom comportamento, mas sim uma possibilidade, um direito humano inalienável o qual poderá colaborar na vida de exclusão social que vive e viveu por gerações. É dar a possibilidade ao privado de liberdade de quebrar essa corrente e propiciar a oportunidade de transformar sua realidade de opressão a partir de sua atuação e buscar soluções para sua realidade. A educação de adultos e idosos é uma nova chance para a pessoa resgatar sua percepção de escola, ela precisa oferecer educação diferenciada e de qualidade. Assim, tentar cumprir os objetivos principais da educação formal desta população requer perceber que a EJA é um processo a longo prazo e que esta deverá propiciar o desenvolvimento da autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade.

Assim na EJA ofertada no sistema prisional, encontramos adversidades e desafios diferentes dos encontrados em liberdade quando os sujeitos não perderam seu direito de mobilidade. Os/as estudantes encarcerados/as continuam com seu direito de dignidade, respeito, educação e cidadania, porém percebemos que a educação não é elencada como prioridade, pois acostumaram, mesmo em liberdade, a construir e ganhar a vida sem a educação formal. Para esta população a escola sempre foi símbolo de fracasso, exclusão e frustração.

Muito além dos conteúdos e aprendizagens formais, a educação na prisão deverá contemplar a “oportunidade de reconciliação com o ato de aprender. Eis porque os riscos envolvidos na educação são imensos” (MAEYER. 2006. p.25). Ela não poderá e deverá ser a única preocupação educativa e deverá educar também para a saúde, sustentabilidade, não-violência, solidariedade, cooperação, formação profissional, cidadania dentre outras responsabilidades.

# REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Naci**onal de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. - Brasília : SDH/PR, 2010.
2. COYLE, A. Administração penitenciária: uma abordagem de direitos humanos. Manual para servidores penitenciários. Londres, 2002.
3. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.
4. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de janeiro: Edições Graal, 1984. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra:
5. 1987.
6. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1997, p. 58 – 59
7. FREIRE, Paulo. Educação como Prática da liberdade. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2009.
8. GIROUX, Henry. O Pós-Modernismo e Discurso da Crítica Educacional. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Teoria Educacional crítica em tempos pós-modernos. Artes Médicas. Porto Alegre. Brasil. 1993. Original inglês, 1998.
9. GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva AS, 1987.
10. GÓMES, J. A. C. *Introducción*. In: AÑAÑOS, F. T. (coord.). *Las mujeres en las prisiones: la educación social en contextos de riesgo y conflicto*. Barcelona: Gedisa, 2010.
11. LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 20/12/96
12. LUCKESI, C. Filosofia da Educação. São Paulo, Cortez, 1990. MEC - Doc Base DOCUMENTO FINAL - CONAE, 05/27/2010.
13. NUNES, A. A realidade das prisões brasileiras. Recife: Nossa Livraria, 2005.
14. ONOFRE, E. M. C. Educação escolar entre as grades. São Carlos: Edufscar. 2007.
15. SANTOS, Boaventura Souza. Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2004
16. SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro:DP&A, 2002.